

# Desafios da classe-que-vive-do-trabalho para permanecer na universidade: uma análise socioeconômica de estudantes da turma 2019.2 do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da UFMA/campus de Imperatriz<sup>1</sup>

*Class-that-lives-of-work challenges to remain in university: a socioeconomic analysis of students from 2019.2 class of the Course in Human Sciences/Sociology Degree at UFMA/Imperatriz campus*

Recebido: 24/03/2022 | Revisado: 22/05/2023 |  
Aceito: 24/05/2023 | Publicado: 29/08/2023

**Francisco Wilson Leite da Silva**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8629-8308>  
Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: wilsonleiteiz@gmail.com

**Amanda Silva Araújo**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3778-5692>  
Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: amanda.sa@discente.uma.br

**Edson Ferreira da Costa**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6116-9550>  
Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: ferreira.edson@ufma.br

**Eslane Costa Da Silva**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1649-408X>  
Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: eslanecs100@gmail.com

**Fernando Brasil Alves**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6605-8876>  
Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: brasilfernando03@gmail.com

**Raquel Silva Do Nascimento**  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6747-189X>  
Universidade Federal do Maranhão  
E-mail: silvaraquel475@gmail.com

**Como citar:** SILVA, F. W. L.; et al.; Desafios da classe-que-vive-do-trabalho para permanecer na universidade: uma análise socioeconômica de estudantes da turma 2019.2 do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da UFMA/campus de Imperatriz. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 1-25, e13811, Ago. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Resumo

Discute-se, com base nos dados da SESu/MEC, o crescimento no número de vagas no ensino superior da última década no Brasil. Programas como FIES, SISU, PROUNI, REUNI e política de reserva de vagas, que resultou no aumento de estudantes universitários no país. O público-alvo na presente análise é vista com recorte de classe social específica do modo de produção capitalista, classe-que-vive-do-trabalho. Utiliza de análise de dados e análise de discursos para evidenciar as contradições e os fatores históricos e materiais de existência que interferem diretamente na vida acadêmica dos que permanecem. O ingresso no ensino superior evidencia desafios para a conclusão ou não do curso.

**Palavras-chave:** Ensino superior; Ingresso; Permanência; Desafios; Classe-que-vive-do-trabalho.

## Abstract

Based on data from SESu/MEC, the growth in the number of vacancies in higher education in the last decade in Brazil, programs such as: FIES, SISU, PROUNI, REUNI and the policy of reservation of vacancies, which resulted in the increase of students university students in the country. The target public in the present analysis is seen with a specific social class profile of the capitalist mode of production, class-that-lives-of-work. It uses data analysis and discourse analysis to highlight the contradictions and historical and material factors of existence that directly interfere in the academic life of those who remain. Entering higher education shows challenges for completing or not completing the course.

**Keywords:** Higher education; Admission; Permanence; Challenges; Class-that-lives-of-work.

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado de uma pesquisa com estudantes ingressantes no segundo semestre de 2019 do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia (LCH), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Imperatriz-MA, realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Epistemologia e Educação (GEPEE).

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil até hoje não consolidou uma política educacional que efetivamente propiciasse formação a todos os seus cidadãos. No ensino superior, ao compararmos a taxa de escolarização líquida<sup>2</sup> no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos do Brasil, em 2003, registra-se uma taxa de 9%, quando países europeus, Estados Unidos, Canadá e alguns países asiáticos já ostentavam, em geral, mais de 40%. O Brasil, nos últimos anos, atingiu uma taxa de escolarização líquida de 21%, melhorando um pouco o seu fluxo educacional (RISTOFF, 2019).

Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva - Partido dos Trabalhadores (PT), deu-se início, em 2010, a um processo de ampliação de universidades da rede federal de ensino, criação de novos campi, de cursos e do aumento da relação aluno/professor, principais metas do programa.

A expansão e interiorização das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas para cidades médias dos estados se deu disponibilizando, principalmente, cursos noturnos de Licenciaturas (SOUSA; COIMBRA, 2016). A expansão levou ao aumento do número de alunos matriculados na rede pública federal de ensino, oportunizando o ingresso de um estrato social historicamente excluído desse nível de ensino por fatores econômicos (família de baixa renda, início da vida laboral etc.) ou educacionais (deficiência na formação básica, concorrência com estudantes da rede privada etc.).

A ampliação de universidades, de cursos e vagas não garantiria o acesso do público almejado; foi então aprovado um instrumento legal para garantir o ingresso de estudantes oriundos da escola pública, Lei nº 12.711/2012, “que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno [...]” (BRASIL, 2012), conhecida como “lei das cotas”, que atendeu questões étnico-raciais, sociais e econômicas, focada na população negra de baixa renda vinda da rede pública. Para Melero (2018, p. 139), a lei das cotas “cria mecanismos que permitem um tratamento mais igualitário entre as pessoas”, enquanto para o movimento negro, também pode ser vista como uma política de reparação (ARAÚJO; TIMÓTEO, 2021).

É no bojo dessas duas políticas educacionais que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o curso de Licenciatura em Ciências Humanas e os estudantes estão inseridos. Apesar da criação de novos cursos e garantia de ingresso aos estudantes da classe-que-vive-do-trabalho, estes se mantiveram submetidos a desafios específicos para permanecer na universidade por sua condição de classe social.

A pesquisa foi realizada com estudantes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia (LCH) da turma 2019.2 da UFMA, a partir da composição de classe social. O objetivo da pesquisa foi analisar as condições socioeconômicas em que os estudantes permanecem no curso, para tanto, foi

---

<sup>2</sup> A taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino regular teoricamente adequado a essa faixa etária (INEP e IBGE - Censo Demográfico, Contagem Populacional e PNAD, disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/dicionario\\_de\\_indicadores\\_educacionais\\_formulas\\_de\\_calculo.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/dicionario_de_indicadores_educacionais_formulas_de_calculo.pdf)).

necessário constatar a composição de classe social, perfil socioeconômico e educacional do público-alvo, e identificar os desafios enfrentados para permanência no curso.

Partiu-se da hipótese de que os desafios enfrentados pelos sujeitos da pesquisa são determinados pela composição de classe-que-vive-do-trabalho. Ao ingressarem no ensino superior, evidenciam-se as contradições existentes por sua posição socioeconômica, submetidos ao modo de produção capitalista como assalariados, e no fato de que as políticas de acesso garantem o ingresso na universidade, mas não a permanência.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como campo o curso de LCH, a turma 2019.2/LCH da UFMA em Imperatriz. A discussão foi suscitada a partir da perspectiva do método histórico e dialético, por meio da constatação da contradição entre acesso e permanência nos anos de vigência de leis e programas. Utilizou-se pesquisa em dados primários e secundários de fontes governamentais e de instrumentos elaborados como: questionário fechado para coleta de dados a serem analisados sob uma abordagem quali-quantitativa e descritiva, e um questionário aberto a ser interpretado utilizando-se técnicas de análise de conteúdo.

## 2 O PÚBLICO-ALVO DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Nos textos dos instrumentos legais (leis, decretos, medidas provisórias, portarias etc.), o público-alvo a que as políticas públicas buscam alcançar, seja na expansão das IES, no aumento da oferta de cursos e de vagas no ensino superior (público e privado), no critério de cotas étnico-raciais e sociais, recebe diversas categorizações, relacionadas a fatores econômicos e financeiros, sem desconsiderar as questões direcionadas a um estrato social com vieses étnicos e raciais, que também são reforçados pelo fator econômico.

Com a mesma abordagem dos textos legais, os trabalhos acadêmicos que pesquisam os mais diferentes fenômenos educacionais, ao definirem um estrato social, recorrem às categorizações a partir do econômico/financeiro para traçarem seu perfil. Entre os termos encontrados nesses textos, destacam-se: “Camadas populares” (ZAGO, 2006; ARAÚJO, 2016), “Setores populares” e “camadas de baixa renda” (SOUSA, 2013), “Setores de menor poder aquisitivo” (BAGGI; LOPES, 2011), “Grupos sociais historicamente desfavorecidos” (CASEIRO, 2016), “Grupos desfavorecidos” (ALVES; BRITO, 2021), “Classe economicamente desfavorecida” (ANDIFES *et al.* 1996), “Classes populares” (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009), dentre outros.

No pensamento liberal, os estratos sociais são vistos como “classes” no sentido de níveis ou camadas em relação à renda, ou padrão de consumo de mercadorias e serviços pelos indivíduos, podendo assim ser classificados em classe “A”, “B”, “C” e “D”. No extremo “classe A” estariam os super-ricos e ricos, nas “classes C, D” os pobres com alguma capacidade de consumo. Para Mattos (2019, p. 9):

Por isso, ouvimos e lemos muito sobre “classe A, B, C” etc. ou sobre novas e velhas “classes médias” (e um pouco menos sobre “ricos” e

“pobres”), mas, nos meios de comunicação, nos discursos políticos e até mesmo nas elaborações acadêmicas das ciências sociais, é cada vez mais raro o emprego de expressões como “classe trabalhadora”, “classe operária” ou “proletariado”, assim como são raras as referências à “burguesia” e “classe dominante”.

O principal argumento para defender esse sistema de hierarquização das classes, pelo fator econômico e financeiro, parte da ideia de que, dependendo da força de vontade e disposição para investir, por exemplo, na educação (LOPES; MACEDO; FERREIRA, 2014), o indivíduo seria levado a realizar uma ascensão de classes. Também,

[...] o investimento que o trabalhador realiza em si mesmo transforma-se, necessariamente, em capital humano, já que o torna mais capacitado e qualificado para o exercício do seu trabalho, para **a melhoria da sua renda e aumentaria as possibilidades de mobilidade social** (ROTA JUNIOR, 2013, p. 175, grifo nosso).

Assim, as políticas educacionais implementadas na última década objetivaram atender às necessidades de mão de obra “qualificada” para o mercado de trabalho nacional, que se moderniza e se informatiza, cada vez mais carente desse perfil de trabalhador, segundo os argumentos liberais (FRIGOTTO, 2008). O autor também concorda com a ideia de possibilidade da “mobilidade social” de estudantes excluídos desse nível de ensino, logo, pertencentes às classes “D”, “E” e “F”, aqueles que estão à margem do padrão de consumo necessário para garantir uma boa educação básica, que na educação brasileira está centralizada na rede privada, constituem o público-alvo do processo de expansão de acesso ao ensino superior, o qual precisa ser discutido a partir de um recorte de classe social. Esse recorte é realizado por Durat (2015) e Mattos (2019), que analisam os fenômenos sociais a partir da divisão social em classes estruturadas pelo capitalismo. As definições dos indivíduos que formam as classes sociais não podem ficar estáticas nas categorias “classe operária e proletariado” ou “classe trabalhadora”, no sentido mais geral. É preciso retirar o sentido do “marxismo ortodoxo”, que engessa o entendimento da primeira e generaliza os que estão na base do processo da produção e reprodução material e de vida, como a segunda. Isso não significa negar que a classe operária é a única classe capaz de, através de uma revolução, destruir o capitalismo.

Ricardo Antunes busca “atualizar e ampliar” o entendimento do conceito de classe trabalhadora para o estágio contemporâneo do capitalismo, onde a divisão social do trabalho se apresenta em graus de fragmentação tão grandes que a definição da classe operária discutida por Marx e Engels não consegue abarcar a flexibilização e as “metamorfoses do mundo do trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 47). As atualizações dos conceitos marxistas demonstram a vicissitude do marxismo, mesmo com tanta campanha ideológica da superação do conceito de classes sociais em Marx. Segundo Maciel (2016) temos “Beck (1986), Castel (1998), Souza (2003), André Gorz (2005) e Claus Offe (1994) entre outros”, que discutem novas formas de classificação dos estratos sociais no atual estágio da sociedade que se afasta da produção direta.

Dessa forma, no geral, o que se presencia, em grande parte do debate contemporâneo dominante na Europa acerca das classes sociais, na sociedade atual, é que estas se tornam relativizadas, diminuídas, relegadas a um segundo plano analítico ou simplesmente negadas em sua existência empírica (MACIEL, 2016, p. 247).

O proletariado industrial do século XIX e o de hoje ainda existem sob as mesmas definições e condições observadas por Marx e Engels. Os trabalhadores estão no trabalho concreto das fábricas produzindo mercadorias que contém a mais-valia a ser realizada na venda em qualquer parte do mundo graças à globalização e à aberturas dos mercados mais distantes. O que muda no capitalismo atual é a redução vertiginosa do contingente de trabalhadores que ocupam o papel na produção concreta e direta. Esses trabalhadores foram submetidos a uma segunda “alienação”, com a inserção crescente de máquinas autônomas na produção, ocasionando a liberação de mão de obra humana.

Para atualizar o entendimento da classe trabalhadora atual, recorre-se a Ricardo Antunes com seu conceito de “classe-que-vive-do-trabalho”, onde, segundo o autor, “[...] essa noção amplia e incorpora a ideia de proletariado industrial, que se reduz e se torna significativamente heterogêneo no Primeiro Mundo, como decorrência das mudanças tecnológicas e da automação” (ANTUNES, 2002, p. 121).

A inserção de robôs e computadores que liberam homens e mulheres do “trabalho concreto” não significa que mais indivíduos deixarão de pertencer à classe trabalhadora. Pelo contrário, o que se observa é o aumento do contingente de trabalhadores que estão executando “trabalho intelectualizado”, até mesmo nas fábricas. No entanto, são as atividades fora delas que absorvem o maior contingente de indivíduos trabalhadores em relações cada vez mais flexibilizadas, precarizadas, por tempo intermitente.

Essa “noção ampliada” da definição de classe trabalhadora atende à necessidade de reagrupar os trabalhadores que perderam o vínculo direto com a produção, mas que ainda mantém sua condição material de existência sob o capitalismo. Eles mantêm apenas força de trabalho utilizada em outras atividades que não a produção direta, no máximo de manutenção e administração da planta fabril, no comércio e no serviço que contribui indiretamente com o processo de acumulação para os burgueses.

Se as novas formas de produzir mercadorias afastaram cada vez mais homens e mulheres da participação dessa tarefa, Isso fez com que sua força de trabalho fosse reaproveitada através do “trabalho intelectual”, outra face da força de trabalho.

Os desafios encontrados e superados pelos estudantes do curso de LCH na turma de 2019.2, assim como outros que compuseram outras turmas da UFMA de Imperatriz, concentrava-se em estar no perfil da classe-que-vive-do-trabalho. Além disso, o curso concretizou uma mudança social dos ingressos registrados nas universidades públicas.



## 2.1 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ENTRE 2000 E 2019

O Brasil, nas duas décadas dos anos 2000, registrou crescimento considerável no número de estudantes universitários se comparado há décadas anteriores. De acordo com os registros da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação, em 2000, o número de estudantes matriculados em cursos de nível superior em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) era de 482.750<sup>3</sup>, em 2019 esse número deu um salto de 276,72%, com o registro de 1.335.254<sup>4</sup> estudantes matriculados.

O crescimento das matrículas na rede privada nesse mesmo período foi ainda mais expressivo. Segundo as Sinopses Estatísticas da Educação Superior do MEC/SESU (2020), o aumento no período de 2000 para 2019 foi de 360,98%, passou de 1.807.219 em 2000, para 6.523.678 em 2019.

Para Carvalho e Andrade (2019), a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, possibilitou a entrada da iniciativa privada no cenário do ensino superior. Para o governo à época, Fernando Henrique Cardoso/PSDB, tal mudança estava em consonância com a visão neoliberal da economia e da política, o que levava a educação a ser incluída no “livre mercado”. Essa justificativa solucionava a necessidade de elevação do nível de formação educacional dos brasileiros, um fator importante para o “crescimento e modernização” do Brasil. Essa noção de política pública foi mantida e impulsionada nos anos seguintes nos governos do PT (Lula e Dilma).

O Poder Executivo não poderia “decretar” a privatização da educação, como o ocorrido no Chile, iniciado na ditadura de Augusto Pinochet (1974 – 1990). Isso porque o texto constitucional do Brasil de 1988, em seu Art. 205, define que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O texto constitucional deixa claro o papel do Estado como garantidor da educação em todos os níveis de ensino.

A partir de 2003, com a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT), e do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011), as políticas de transferência de recursos públicos da educação para a iniciativa privada tiveram um grande impulso. Com a reformulação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), tornou-se viável o financiamento da formação superior para estudantes de famílias com renda menor e que não conseguiam garantir vagas nas IES públicas em processos seletivos.

Outra medida, em 2004, foi o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pela Lei nº 11.096/2005, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. O PROUNI é

---

<sup>3</sup> Matrículas em cursos de graduação presenciais segundo categoria administrativa: universidades, centros Universitários, Faculdades Integradas; Faculdades, Escolas e Institutos; Centros de Educação Tecnológica. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse\\_superior-2000.pdf](https://download.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior/sinopse_superior-2000.pdf).

<sup>4</sup> Os números apresentados nas Sinopses Estatísticas a partir de 2009 passaram a ser incluídos os cursos na modalidade a Distância.

visto como a continuação das medidas voltadas ao objetivo de aumentar o número de brasileiros com formação superior, mas também é considerado por outros pesquisadores como uma “privatização indireta” do ensino superior, já que na prática, coloca o maior contingente de estudantes na rede privada. Pelos dados públicos do Censo da Educação Superior de 2019, para cada 10 estudantes do ensino superior no Brasil, 7,5 alunos estão na rede privada. Desse total, 384.9147 são mantidos por programas de “Financiamento Estudantil Reembolsável e Não Reembolsável” ao nível federal, estadual e municipal (SESu/MEC, 2020).

Vale lembrar que desde 2016 vinham sendo aplicados cortes nos orçamentos das universidades federais públicas. Em 2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro<sup>5</sup>, declarado radicalmente liberal e tendo como principal idealizador dessas políticas o seu ministro da economia Paulo Guedes, apoiado por uma ala militar, os repasses para os programas de financiamento estudantil na rede privada se mantiveram. A política de transferência de recursos do Estado para as empresas de ensino não sofreu mudança até então.

### 3 METODOLOGIA

O tema tratado neste artigo faz parte de uma pesquisa maior realizada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Epistemologia e Educação (GEPEE) e teve como público-alvo os estudantes da turma 2019.2 do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da UFMA/*Campus* de Imperatriz. Os sujeitos dessa pesquisa foram acompanhados em dois semestres do curso (2019.2 e 2020.1).

A metodologia utilizada parte da perspectiva do método Materialista Histórico e Dialético, cujos dados a serem analisados partem de uma base material e econômica dos sujeitos para se alcançar reflexões e discussão dos resultados a partir da problemática suscitada. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 35) “a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma”. Busca-se reforço no entendimento trazido por Gil (2002, p. 63) de que,

[...] a reflexão crítica acerca dos assuntos estudados, de forma tal que seja possível identificar controvérsias entre os diferentes autores, identificar abordagens teóricas relevantes para o estudo de fenômeno e, se possível, optar por uma abordagem teórica capaz de fundamentar o trabalho.

O procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados parte da análise da Ficha Cadastral<sup>6</sup> do aluno no ato da matrícula junto à UFMA e da elaboração de instrumentos como questionário fechado de múltipla escolha e aberto contendo quatro questões acerca das condições socioeconômicas do grupo familiar.

<sup>5</sup> Eleito em 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL), atualmente sem partido.

<sup>6</sup> Formulário institucional para a realização da matrícula no curso e confirmação de vínculo com a UFMA.

O primeiro instrumento utilizado na pesquisa foi a Ficha Cadastral. Nesse documento, foi possível quantificar os alunos e dados pessoais como data de nascimento, naturalidade, endereço e escola em que concluiu o ensino médio. Outros dados complementares faziam parte de outros instrumentos.

O questionário fechado, com objetivo de traçar o perfil socioeconômico e educacional dos estudantes, foi elaborado pensando em atender três critérios de análise: a) pessoal (3 itens), complementando os dados importantes que estavam na ficha cadastral; b) socioeconômico (7 itens), para se obter uma visão econômica dos estudantes que compunham a turma e também de seu grupo familiar; e c) educacional (19 itens), com questões voltadas ao esclarecimento das condições que levaram à escolha do curso, fatores de ingresso na universidade, no curso e os antecedentes escolares.

O terceiro instrumento foi um “questionário aberto” com quatro questões que versavam sobre as condições materiais (econômico-financeiras) dos estudantes e de seu grupo familiar. A abordagem de entrevista por escrito resultou, a nosso ver, em relatos mais próximos das condições socioeconômicas reais desses sujeitos.

Os dois primeiros instrumentos de coleta foram tratados gerando resultados quantitativos: números e percentuais para se chegar a estatísticas simples apresentados de forma corrida, em gráficos e tabelas. Os dados seguiram sob análises quantitativas e qualitativas, realizando-se descrições objetivas geradas pelos dados e pelo campo.

Para o questionário aberto, optou-se por realizar sua análise utilizando procedimentos metodológicos de análise de conteúdo, recorrendo às técnicas de categorização, análise das relações e análise temática.

Para os procedimentos de compilação dos dados quantitativos que geraram estatísticas apresentadas em quadros, tabelas e gráficos foram utilizados os programas da *Microsoft*: Gerenciador de Banco de Dados *Access* e Planilha *Excel*. Para a análise de conteúdo a partir do questionário aberto com viés qualitativo foi utilizado um programa específico, *IRAMUTEQ*.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO**

Nesta seção, apresentam-se as análises e discussões geradas a partir dos dados coletados por meio dos instrumentos e processos descritos na metodologia descrita anteriormente. Os instrumentos mencionado serão descritos na ordem visando tornar didático todo o desenvolvimento da pesquisa de forma didática. Após a sua apresentação, onde os dados são demonstrados e discutidos, pretende-se apontar os desafios econômicos e materiais encontrados entre os estudantes de LCH, em especial a TURMA 2019.2, para sua permanência na universidade.

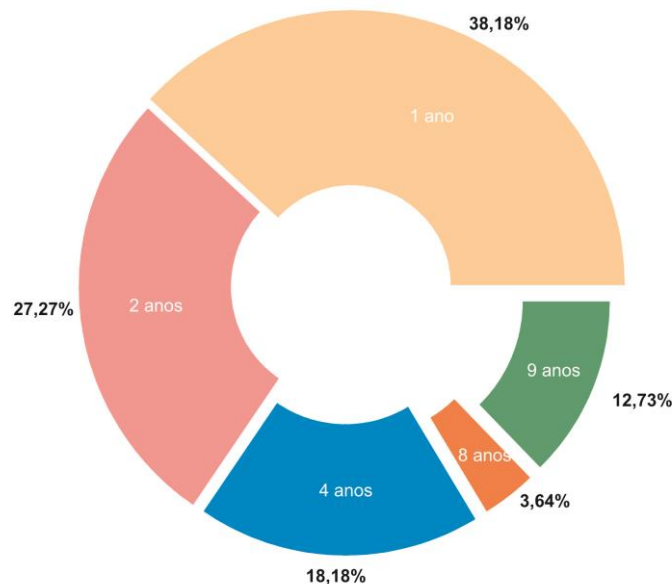


## a) Ficha Cadastral

O formulário “Ficha Cadastral” é o primeiro documento que dá início ao processo de confirmação de vínculo do estudante, a instituição e o curso. O número de fichas cadastrais de matrícula que compuseram a turma de 2019 (TURMA 2019.2) totalizaram 55 estudantes. De acordo com essas fichas, 43 estudantes (83,31%) tinham entre 18 e 24 anos. A faixa etária da TURMA 2019.2 está em consonância com a encontrada em pesquisa realizada por Amorim, Souza e Silva (2020) que identificou as características socioeconômicas, demográficas e culturais da comunidade estudantil na Universidade Estadual do Sul do Maranhão (UEMASUL), onde a média de idade da população acadêmica é de 21 a 23 anos. As duas pesquisas citadas têm a faixa etária predominante bem abaixo das encontradas na pesquisa realizada por Silva (2021) com turmas do curso LCH/UFMA entre 2010 e 2017, onde as idades dos estudantes estavam acima dos 25 anos (54,41%), em uma média de idade de 35 anos.

Pela faixa etária, pode-se afirmar que a TURMA 2019.2 é composta por jovens, o que representa uma dinâmica de continuidade dos estudos ao concluir o ensino médio. No gráfico abaixo, observam-se os intervalos de tempo (em anos) decorridos entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior:

**Gráfico 1:** Tempo decorrido entre o término do Ensino Médio e a matrícula no Ensino Superior



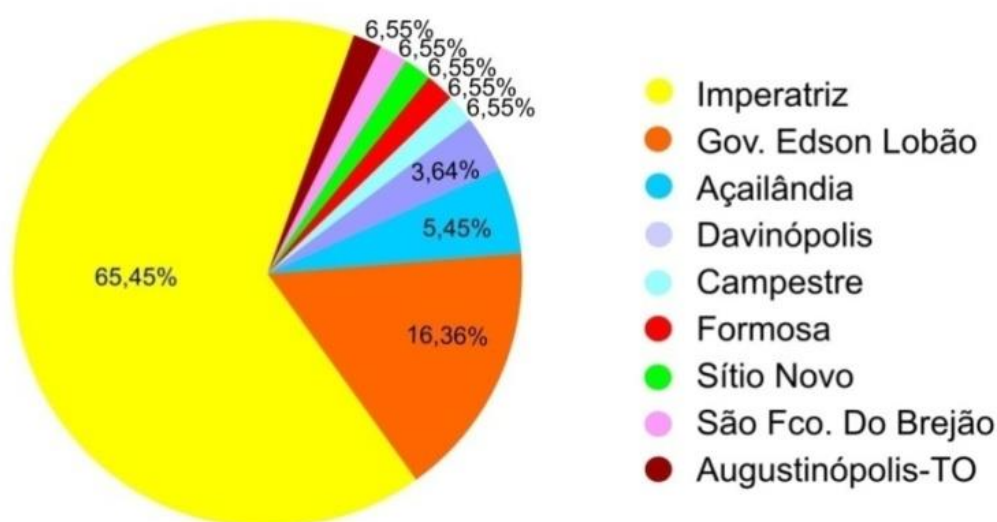
**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021).

Verifica-se no gráfico 1 que o tempo decorrido entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior foi de um ano para 38,18% dos estudantes, seguido pelo grupo que teve um intervalo de dois anos (27,27%), o que mantém esses

estudantes dentro da “idade própria”<sup>7</sup> (BRASIL, 2001) ou “idade correta” (18 a 24 anos)” (RISTOFF, 2019. p. 13) para o ingresso no ensino superior.

Esses jovens que compõem a turma têm reflexo na migração de estudantes de cidades menores próximas em busca da continuidade dos estudos. Imperatriz se apresenta como um importante polo econômico regional num raio de 100 km: no comércio e na prestação de serviços. No ramo dos serviços destaca-se o do Ensino Superior, seja ele em IES pública ou privada (AMORIM; SOUZA; SILVA, 2020). Segue gráfico abaixo:

**Gráfico 2:** Cidades de origem dos estudantes da turma 2019.2



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Entre os estudantes da turma, 65,45% são residentes de Imperatriz-MA. Os outros 34,55% são estudantes residentes em outros municípios, sendo 16,36% de Governador Edson Lobão a 29,8 km ao sul via BR-010 e 5,45% de Açailândia, localizada a 67,4 km ao norte, com o 3º maior número de estudantes matriculados.

Quase a totalidade dos estudantes da turma 2019.2 (94,55%) concluiu o Ensino Médio em escolas da rede pública em suas cidades de origem, apenas 5,45% cursaram pelo menos um ano em escolas da rede privada. Na tabela abaixo, tem-se a distribuição dos estudantes matriculados na turma/curso por modalidade de ingresso, conforme Lei nº 12.711/2012:

<sup>7</sup> Nomenclatura dada pelo MEC para dizer que o estudante está no nível do ensino fundamental, condizente com a faixa etária do estudante.

**Tabela 1:** Distribuição das matrículas por modalidade de ingresso dos estudantes ingressos na turma 2019.2.

| MODALIDADE         | MATRÍCULAS | MÉDIA  | MENOR | MAIOR |
|--------------------|------------|--------|-------|-------|
| Ampla concorrência | 27         | 678,52 | 612   | 792   |
| Escola Pública     | 10         | 534,30 | 492   | 586   |
| Deficiente         | 2          | 505,50 | 481   | 530   |
| Negro              | 16         | 496,50 | 469   | 608   |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021) a partir das listas de chamadas do Sisu/UFMA.

Na tabela 1 acima, tem-se um panorama dos quantitativos de estudantes matriculados no curso e a composição da turma a partir dos critérios de seleção utilizados na reserva de vagas definida em lei. As médias obtidos a partir do “mínimo” e “máximo” variaram entre 496,50 e 678,52 pontos. Nota-se que não há uma grande discrepância entre as médias da modalidade “ampla concorrência” e as demais de cotas. Em análise feita por Ristoff (2019, p. 24) “O que se constata no Sisu é que os participantes da ampla concorrência, em geral, têm escores [médias] um pouco mais altos do que os cotistas”. Observa-se que as diferenças entre as médias levantadas das modalidades de ingresso em ampla concorrência e cotistas é de 166,42, justificado por serem quase a totalidade dos matriculados oriundos da rede pública, uma característica que vem se afirmando no curso durante os dez anos de sua criação (SILVA, 2021). A composição desse perfil de estudantes no curso pode justificar-se pela migração de estudantes de pequenos municípios da região, oriundos da escola pública, baixas notas tiradas no ENEM, que encontram no curso de LCH uma concorrência entre os estudantes com média do SISU mais próximas ao seu.

Dando continuidade à análise dos sujeitos que compuseram a TURMA 2019.2 passamos, ao questionário socioeconômico. Abaixo, traz-se a descrição dos dados coletados pelo formulário socioeconômico.

## **b) Questionário fechado**

As análises do questionário fechado que se segue procuram identificar e traçar o perfil socioeconômico dos estudantes que compuseram a TURMA 2019.2 do curso de LCH. Conhecer a condição socioeconômica ajuda a perceber os sujeitos a partir de sua posição social. O social e econômico são elementos constituintes das relações sociais que os indivíduos têm na produção e reprodução da sociedade capitalista, em especial no mundo do trabalho. Interessa-nos encontrar aproximações e pertencimento dos indivíduos da classe-que-vive-do-trabalho, que também estabelece relação com seu ingresso no ensino superior.

Segundo Durat (2015):

A Universidade, até a introdução da terceira fase do desenvolvimento capitalista, tinha por função principal preparar os filhos da classe burguesa para assumirem a direção e os grandes postos de comando das diversas nações. Para tanto, a necessidade capitalista de mão de obra especializada para atuar nas indústrias, aliada à melhoria nas condições sociais e econômicas da classe trabalhadora, permitiram a entrada dos filhos dos trabalhadores ao espaço acadêmico, modificando o formato da universidade, que deixou de ser espaço exclusivo da burguesia. Esse fenômeno mostrou-se preocupante do ponto de vista estrutural, pois as universidades não estavam preparadas para atender uma demanda crescente de estudantes, imposição essa orquestrada, propositadamente, pelo capital (p. 99).

A “melhoria nas condições sociais e econômicas” citada por Durat foi o que possibilitou as políticas públicas citadas, que proporcionaram a entrada de uma fatia da sociedade aos espaços acadêmicos. Para verificar essa “melhoria nas condições”, busca-se não apenas o levantamento de dados socioeconômicos, que é uma parte expressiva, mas também dados com dimensões pessoais e educacionais.

O questionário socioeconômico foi aplicado logo no primeiro mês de aula a 43 estudantes, amostragem que correspondeu a 78,18% dos matriculados. Constatou-se que a turma é formada majoritariamente por estudantes do sexo feminino (62,79%), o que é uma superioridade encontrada em outras pesquisas, como as de Artes e Chagas (2017); Cruz (2019); e Amorim, Sousa e Silva (2020), ao apontar que:

Um elemento a ser considerado na análise desses dados é o tipo de profissionalização da maioria dos cursos oferecidos pela UEMASUL, os mesmos são cursos de licenciatura, que qualificam para a prática docente, uma profissão comprovadamente, feminina no Brasil (p. 22).

Cruz (2019) destaca que:

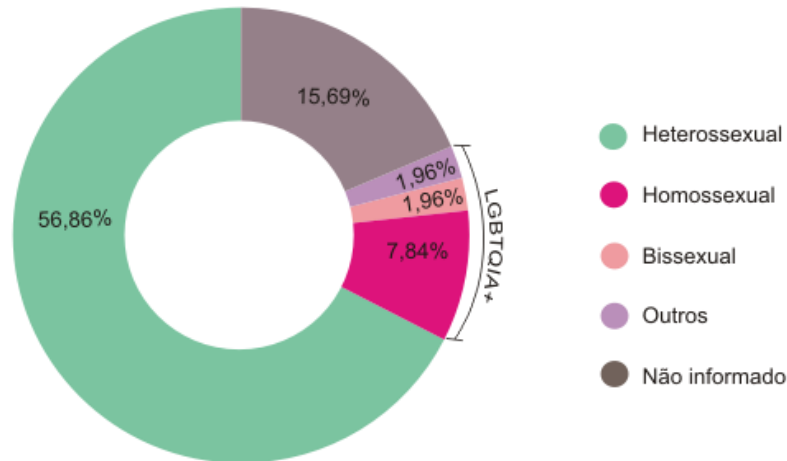
Se, por um lado, a forte presença feminina no ensino superior pode ser considerada um indicador de igualdade de gênero entre homens e mulheres, por outro lado, esse dado revela que a igualdade ainda não está efetivada (p. 122).

As críticas levantadas por Cruz (2019) e Amorim, Sousa e Silva (2020) ao observarem a presença feminina em “[...] modalidades de ensino e cursos escolhidos indicam que se a supremacia numérica posta, não representa os melhores cursos, nas melhores condições de aprendizagem ou nas áreas de maior prestígio”. Superioridade numérica não se reflete também na ocupação de vagas no mercado de trabalho independente da formação e da qualificação (ARTES; CHAGAS, 2017, p. 10).

O número de estudantes da turma que moram com os pais é significativo: 71,99% dos 43 pesquisados. As composições por sexo e faixa etária podem justificar

esse percentual. Outros dados que veremos à frente reforçam a manutenção do vínculo familiar. Outro dado que vem sendo levantado em pesquisas com os estudantes de LCH/UFMA em Imperatriz tem relação a orientação sexual declarada dos estudantes. No gráfico abaixo:

**Gráfico 3:** Distribuição dos Estudantes da turma 2019.2 por orientação sexual



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na turma 2019.2, 11,76% dos estudantes se declararam LGBTQIA+. Tem sido cada vez mais comuns demonstrações homoafetivas<sup>8</sup> nos espaços comuns da universidade. Esses números refletem a realidade de espaços onde há maior liberdade, respeito e igualdade. Dia após dia, a universidade vai rompendo com o padrão de heteronormatividade aceito em outros espaços públicos.

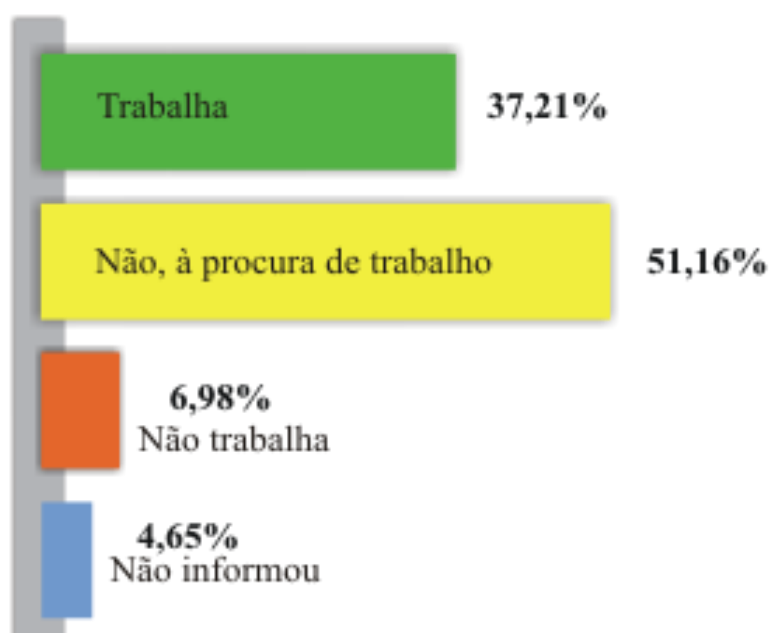
Os dados seguintes centram-se em questões econômicas das famílias dos estudantes da turma. Anteriormente, foi observado que a maioria deles mora com os pais. Dessa forma, as rendas auferidas estão relacionadas ao atendimento das necessidades materiais, como alimentação, vestuário, medicamento, transporte, etc., no contexto do grupo familiar. Entre os estudantes que possuem renda mensal bruta do grupo familiar de um a dois salários mínimos (sm), estão 81,39% (1sm/mês = 39,53% e 2 sm/mês = 41,86%, respectivamente). 30,23% das famílias dos estudantes comprometem parte dessa renda com despesa de moradia (aluguel ou financiamento). Para 51,16%, a moradia é própria ou cedida. 11,63% declararam outras condições de moradia e 6,98% não informaram.

Estudantes com renda familiar baixa, principalmente entre aqueles matriculados em cursos noturnos, têm a necessidade de trabalhar, assalariado ou não, durante o dia para ajudar nas despesas domésticas. No gráfico abaixo, está o retrato dessa turma no que concerne à atividade laboral:

<sup>8</sup> A discussão desse tema também fez parte da problematização da pesquisa desenvolvida pelo GEPEE e será apresentada em outro trabalho orientado pelo professor Edson Ferreira da Costa.



**Gráfico 4:** Alunos que exercem alguma atividade remunerada



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Observa-se no gráfico que 37,21% dos estudantes exercem alguma atividade remunerada. Entre as funções exercidas estão: menor aprendiz (3), técnico em informática (2), assistente administrativo (2), Auxiliar de enfermagem (1), vendedor (1), digitador (1), Cozinheira (1), operador de caixa (1), repositor (1), atendente de telemarketing (1), cuidador (1) e doméstica (1). Os vínculos de trabalho dos estudantes estão distribuídos em: formal, de carteira assinada ou estatutária (75%); informal, sem carteira assinada (25%). Foram registrados dois grupos de jornadas de trabalho semanal, o primeiro com jornada inferior a 40 horas (37,50%) e o segundo com jornada de trabalho semanal superior a 40 horas (62,50%).

Na última parte do questionário, apresentam-se dados sobre questões educacionais que nos ajudam no “desenho” do cenário dos estudantes da turma 2019.2.

No que se refere à escolaridade dos pais, o instrumento apontou que 48,84% dos pais ou responsáveis pelo acompanhamento escolar dos estudantes tinham até o ensino fundamental II. Os pais que concluíram até o ensino médio representam 34,88%, com formação superior apenas 9,30%. Não informado totalizou 6,98%. Ristoff (2019, p. 18) afirma que “[...] a cada ano, mais filhos de pais sem educação superior chegam ao *campus* e passam a ocupar espaço em todos os cursos”.

A baixa formação escolar dos pais reflete um sistema de reprodução das classes com acesso ao ensino. Entre os alunos que afirmaram terem ficado retidos em algum ano/série em sua trajetória escolar, o resultado foi de 20,93%.

Abaixo traz-se um quadro com as disciplinas que compõem a grade do Ensino Médio, pediu-se que os estudantes apontassem com quais delas mais se identificavam e menos se identificavam:

**Quadro 2:** Disciplinas que os estudantes tinham maior e/ou menor identificação<sup>9</sup>

| DISCIPLINAS       | MAIOR IDENTIFICAÇÃO |        | MENOR IDENTIFICAÇÃO |        |
|-------------------|---------------------|--------|---------------------|--------|
| Língua portuguesa | 20                  | 13,90% | 5                   | 4,72%  |
| Matemática        | 5                   | 3,47%  | 31                  | 29,24% |
| Química           | 5                   | 3,47%  | 20                  | 18,87% |
| Física            | 6                   | 4,17%  | 20                  | 18,87% |
| Artes             | 14                  | 9,72%  | 3                   | 2,83%  |
| Biologia          | 10                  | 6,94%  | 9                   | 8,49%  |
| História          | 24                  | 16,67% | 1                   | 0,94%  |
| Geografia         | 12                  | 8,33%  | 5                   | 4,72%  |
| Educação Física   | 7                   | 4,86%  | 4                   | 3,77%  |
| Sociologia        | 18                  | 12,50% | 2                   | 1,89%  |
| Filosofia         | 14                  | 9,72%  | 2                   | 1,89%  |
| Línguas           | 9                   | 6,25%  | 4                   | 3,77%  |
| TOTAIS            | 144                 | 100%   | 106                 | 100%   |

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021).

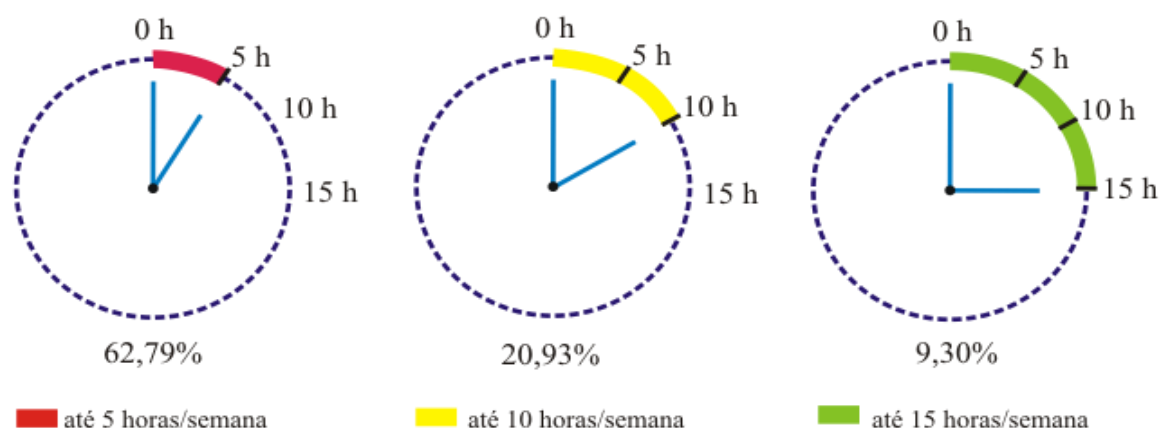
Ao analisarmos o quadro comparativo acima, é possível perceber que as disciplinas escolhidas pelos estudantes com maior identificação ou afinidade estão no campo das humanas, e com menor identificação, as disciplinas de exatas. Os estudantes da turma 2019.2, em sua maioria, eram oriundos da rede pública de ensino, totalizando 92,68%. Apenas 4,88% estudaram integralmente somente em escola particular e 2,44% não informaram. Desses, 33 estudantes afirmaram não ter recorrido a cursos preparatórios para vestibular, 6 disseram ter cursado preparatórios gratuitos e 4 buscaram a rede privada para se prepararem melhor.

Fechando as questões educacionais, foi levantado também se o Curso de LCH no qual estavam matriculados correspondia a sua primeira opção de curso no SISU. Para 30,23% LCH foi a primeira opção, contra 62,79% como segunda opção e 6,98% que não informaram.

<sup>9</sup> Nessa questão os alunos tinham a liberdade de marcar mais de uma alternativa com as disciplinas que consideravam ter maior ou menor identificação.

No gráfico abaixo, apresenta-se o tempo médio semanal que os estudantes dedicam aos estudos fora da sala de aula:

**Gráfico 5:** Distribuição dos tempos dedicados por semana aos estudos fora da sala de aula



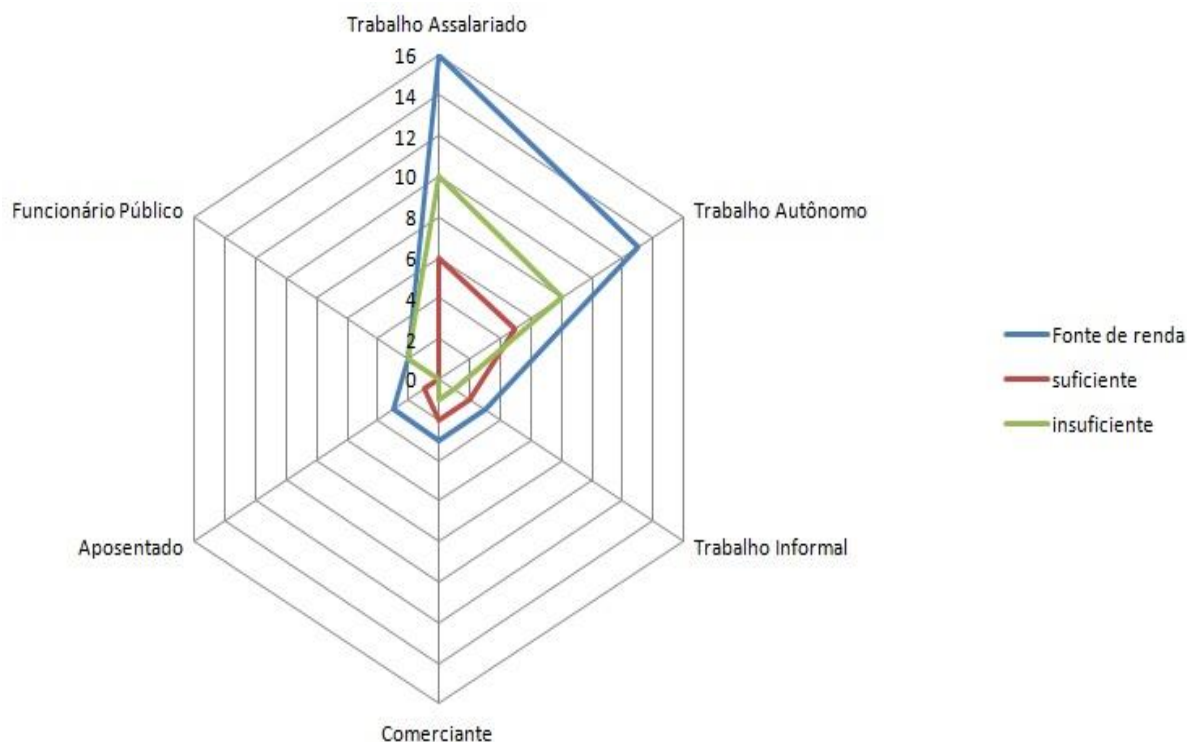
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Pela comparação dos tempos dispensados para estudos fora da sala de aula, apresentados no gráfico, pode-se constatar que o tempo de estudos em sala de aula é o principal período para os estudantes. Apenas 9,30% dos alunos reservam mais de 15 horas por semana dedicadas aos estudos, o que representaria em média 2 horas e 14 minutos por dia.

### c) Questionário aberto

Dando continuidade à descrição de dados dos instrumentos utilizados na pesquisa para definir o perfil socioeconômico dos estudantes da turma 2019.2, traz-se a compilação utilizando técnicas da análise de conteúdo. No primeiro gráfico, tem-se a resposta acerca da principal fonte de renda para a manutenção do grupo familiar do estudante e sua percepção de que essa renda é suficiente ou insuficiente.

**Gráfico 6:** Qual a principal atividade econômica que mantém a família, você considera a renda suficiente?



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

No gráfico, destaca-se as respostas dos estudantes acerca da principal atividade econômica que mantém a família. Entre as principais, temos a fonte assalariado e autônomo. Segundo os relatos, os estudantes consideraram ambas as fontes de renda insuficientes para manter o grupo familiar.

Outra questão levantada buscou saber de que forma o estudante contribui economicamente com a renda? Entre os 40 entrevistados: desses 10 (25%) contribuem com alguma despesa: água, luz, internet, etc.; 6 (15%) contribuem eventualmente com alguma despesa familiar; dos 24 que responderam não contribuir com a renda, 12 responderam apenas “não” e 12 justificaram que só não contribuem devido à sua condição de desempregado. Algumas dessas falas dos entrevistados estão apresentados no quadro abaixo:

**QUADRO 2:** Falas dos entrevistados sobre sua participação na renda familiar

|     |   |
|-----|---|
| E11 | “Não mais”.                                 |
| E18 | “[...] pois não trabalho atualmente”.       |
| E19 | “[...] estou em busca do primeiro emprego”. |
| E21 | “[...] Atualmente desempregada”.            |

|     |  |
|-----|--|
| E24 | “[...] Pois até então não consegui arrumar um emprego, por falta de experiência e não ter um currículo suficiente”.  |
| E25 | “[...] Não conseguir emprego, por não ter experiência e ainda morar longe de Imperatriz. Na minha cidade não tem muito movimento econômico e poucas mulheres conseguem emprego”. |
| E28 | “[...] pois estou desempregado”.   |
| E31 | “[...] Fui demitido segunda-feira desta semana”.   |
| E32 | “[...] pois estou desempregado”.   |
| E33 | “[...] pois não estou trabalhando”.  |
| E36 | “[...] o índice de emprego está muito baixo, dando brecha para o desemprego”.  |
| E37 | “[...] Pois não consigo emprego”.  |

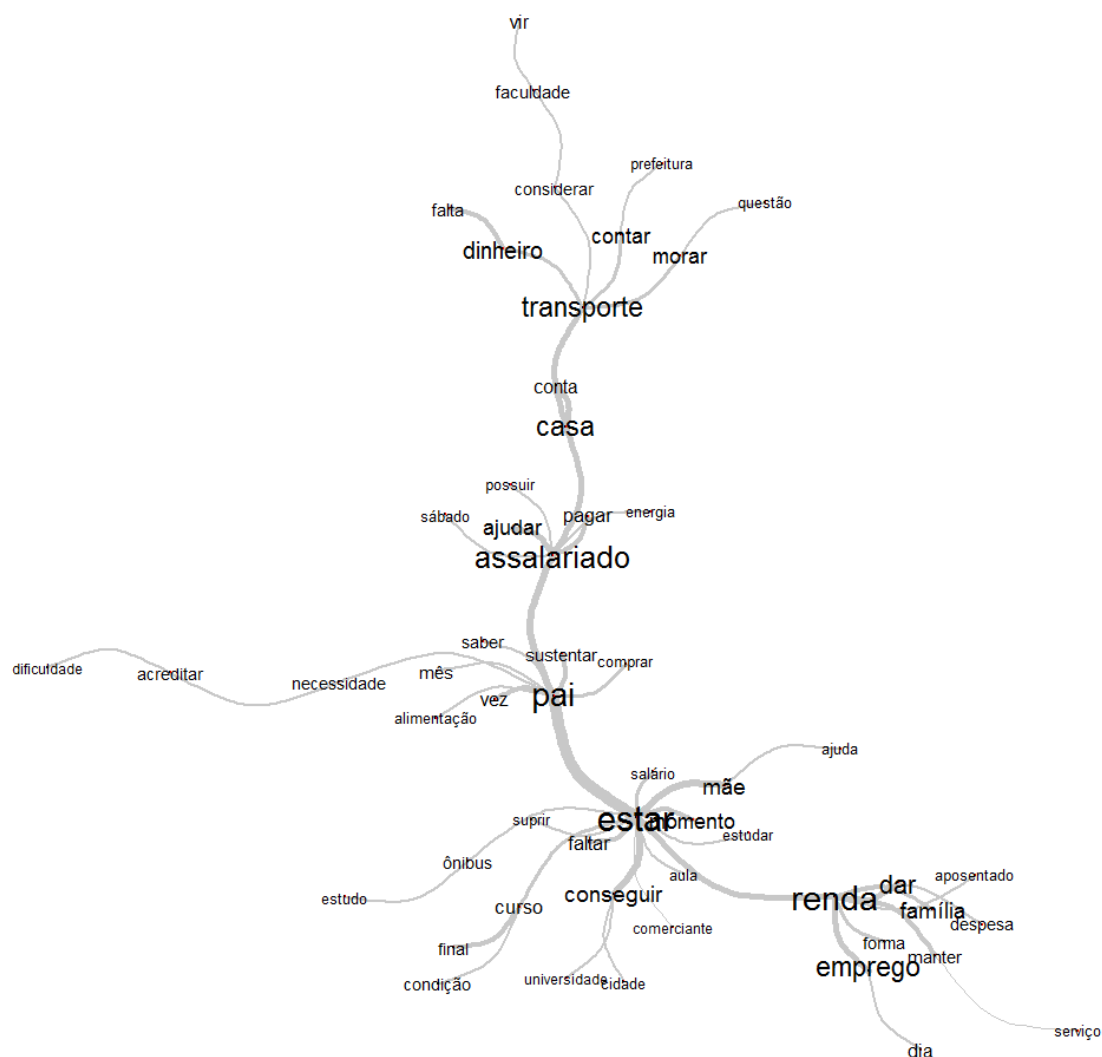
**Fonte:** Questionário aberto.

Nas falas dos estudantes é possível perceber que há um sentimento de “obrigação” em contribuir com a renda familiar, e que o mesmo não acontece por falta de oportunidades de emprego. Logo, para esses estudantes a possibilidade de ficar exclusivamente como estudantes durante todo o curso não é cogitada. Em outras análises isso fica mais evidente.

O que se pode inferir sobre os dados levantados nos instrumentos é que acabam encontrando relações de significados que encontram reflexos nos desafios para esses estudantes e sua permanência no curso. A partir da análise das respostas das questões abertas obteve-se as relações das categorias apresentadas na figura abaixo:



**Gráfico 6:** Relações de palavras e seus significados



**Fonte:** Iramuteq (2021).

As palavras que estruturam ramificações têm como eixo central “renda”, “estar”, “pai”, “assalariado”, “casa” e “transporte”. Na análise do corpus textual, as palavras “estar”, “renda” e “emprego” justificam os anseios de permanência no curso frente aos desafios. Tais argumentos estão relacionados à busca de uma estabilidade – mínima que seja – de uma renda através do emprego. Por outro lado, tem-se “assalariado”, “casa” e “transporte”, que trazem a reflexão sobre as condições materiais das famílias dos estudantes, onde a forma de assalariamento é a principal forma de renda para a manutenção das famílias. O que une esses dois polos é a figura principal do sujeito mantenedor dessa renda, na análise em questão o “pai”. É preciso enfatizar que a figura da “mãe” como responsável por manter a renda familiar também aparece nas falas dos entrevistados e está diretamente ligada à palavra “estar”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais implementadas ao longo das últimas duas décadas possibilitaram a expansão do ensino superior no Brasil. Essa expansão foi caracterizada pela disponibilização aos sujeitos da classe-que-vive-do-trabalho de financiamento estudantil nas faculdades particulares com o FIES, e bolsas integrais e parciais com o PROUNI, criação e ampliação de campi para cidades médias no interior dos estados, abertura de novos cursos focados, especialmente, nas licenciaturas e aumento de vagas com o aumento da relação professor/aluno. Esses objetivos foram constantes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT).

Tais medidas de expansão da rede de universidades federais, abertura de cursos e ampliação da relação aluno/professor foram complementadas com políticas reparatórias que reservaram parte dessas vagas a estudantes oriundos da rede pública, por faixa de renda e étnico-raciais definidas como cotas.

A partir desse fenômeno do ingresso dos estudantes com esse perfil, pode-se constatar a problematização sobre os desafios na permanência desse público-alvo, estudantes pertencentes à classe social historicamente excluída desse nível de ensino. Foi possível verificar que as políticas implementadas no período de 2010 e 2020 se mostraram eficazes na elevação do número de estudantes no que se refere ao ingresso, o que nos levou a perguntar: quais os desafios da classe-que-vive-do-trabalho para a permanência no curso de LCH da UFMA?

Na pesquisa realizada com os estudantes da TURMA 2019.2, respondeu-se à indagação ao decorrer do alcance do objetivo geral de analisar sob que condições socioeconômicas os estudantes permanecem no curso. Constatou-se que parte considerável desses estudantes necessitavam de uma ocupação laboral, tendo que conciliar estudo e trabalho através da venda de sua força de trabalho. Mesmo entre aqueles desempregados, ou que nunca tiveram experiência de assalariados, manteve-se a necessidade de ir em busca de um.

Considerando os objetivos específicos da presente pesquisa, busca-se traçar o perfil do público-alvo visto sob a perspectiva de classe social no modo de produção capitalista, chegando à conclusão de que os desafios de permanência desses estudantes se caracterizam não apenas por uma condição financeira (pertencentes às camadas populares, menor poder aquisitivo, de classes populares) como outros pesquisadores abordam. Desta feita, as respostas foram obtidas através da constatação da composição que os identificavam de classe-que-vive-do-trabalho e definição do perfil socioeconômico e educacional dos estudantes da TURMA 2019.2, onde os desafios enfrentados pelos estudantes não se limitavam apenas a questões financeiras, podendo ser somadas questões como: aptidão para o curso, visto que nem sempre o curso matriculado era o que gostaria de cursar; tempo e local apropriado para leituras exigidas pelas disciplinas, muito relacionados à condição de empregado assalariado.

Metodologicamente, os instrumentos criados e os dados acessados para se definir o perfil dos estudantes ingressos na turma 2019.2 do curso de LCH foram suficientes, pois, conforme as informações contidas neles, foi possível identificar que

os desafios para a permanência desses estudantes estão diretamente ligados à sua posição de classe social, ou seja, sua necessidade de conciliar a formação superior concomitantemente à busca ou à manutenção de um emprego, ou seja, da necessidade da venda de sua força de trabalho como assalariado.

Como toda pesquisa empírica está dependente dos acontecimentos tempestivos entre a coleta de dados, interpretação e sua publicação, neste trabalho também sofreram com o atraso, principalmente na sua publicação, pois logo após a fase de coleta de dados, o mundo enfrentou a pandemia de Sars-Cov-2, o que impediu a conclusão em tempo que não prejudicasse a contemporaneidade dos fatos que os estudantes vinham enfrentando. Ademais, a própria pandemia se mostrou um novo desafio que não havia sido cogitado no projeto inicial.

Fica evidente que os desafios para a permanência dos estudantes da turma 2019.2 no curso passam por sua posição de classe social – classe-que-vive-do-trabalho – e que o ingresso no ensino superior evidencia desafios para a conclusão. Por outro lado, a permanência não foi foco das políticas educacionais, pois não eliminou os conflitos causados entre a vida acadêmica e a vida profissional ou laboral desses estudantes para atender às suas necessidades materiais.

Tal constatação nos aponta para novas pesquisas para entender os processos e tática empregadas por esses estudantes para se manterem no curso até sua conclusão, visto terem consciência de serem estudantes trabalhadores, mesmo que isso signifique o prolongamento do curso mantendo-se como retidos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 26, n. 1, p. 24-44, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100003>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- AMORIM, Conceição de Maria; SOUZA, Crisleide do Socorro Nascimento; SILVA, Gilvânia Ferreira da. PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DAS (OS) ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEMASUL. **Revista Humanidades & Educação**, v. 2, n. 3, p. 15 – 27, set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/humanidadeseducacao/article/view/14853/8250>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES) et al. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 1, n. 2, p. 55-65, 1996. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/Diplomacao\\_Retencao\\_Evasao\\_Graduacao\\_em\\_IES\\_Publicas-1996.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf). Acesso em: 8 mar. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, Fillipe Gonçalves; TEMÓTEO, Lúcia Maria. COTAS RACIAIS – DÍVIDA, REPARAÇÃO E AFIRMAÇÃO. **SOCIAIS & HUMANAS**, v. 34, n. 1, p. 99 -114, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175853332>. Acesso em: 15 abr. 2021.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. Expansão do ensino superior e desenvolvimentismo: limites e contradições sob a hegemonia do Capital. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 6, n. 16, p. 93-105, out. 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5713>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ARTES, Amélia; CHAGAS, Fundação Carlos. A PRESENÇA DE MULHERES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA MAIORIA SEM PRESTÍGIO. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress*. Anais... Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496748817\\_ARQUIVO\\_fazendogenero\\_final.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496748817_ARQUIVO_fazendogenero_final.pdf). Acesso em: 11 jun. 2021.

BAGGI, Cristiane Aparecida Dos Santos; LOPES, Doraci Alves. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RRGrQckrsd9CRGgKy4zkHXq/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 1 mar. 2015.

CARVALHO, Iara Santana de; ANDRADE, Valter Zollo de. O ensino superior no Brasil: abordagem histórica sintetizada. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, p. 5 – 20, out. 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/abordagem-historica>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CASEIRO, Luís Carlos Zalaf. Desigualdade de acesso à educação superior no Brasil e o Plano Nacional de Educação. **PNE EM MOVIMENTO**, Inep/MEC, Brasília, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/seriepne/article/view/3757>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CRUZ, Maria Helena Santana. QUESTÕES SOBRE AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 114 – 137, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2354.7003.2019v28n1.24695>. Acesso em: 5 fev. 2021.

DURAT, Kleber Rodrigo. **A CONTRADIÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS PRESENTE NO ENSINO SUPERIOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE ASSISTÊNCIA**

ESTUDANTIL. 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em:

<http://131.255.84.103/bitstream/tede/1991/1/Kleber%20Rodrigo%20Durat.pdf>.

Acesso em: 8 mar. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5, p. 521-536, nov/2007-fev/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&id=S1981-77462007000300011>. Acesso em: 8 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Censo da Educação Superior 2019. **MEC/SESu**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/apresentacao/2014/coletiva\\_censo\\_superior\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf). Acesso em: 20 set. 2020.

LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cad. EBAPE.BR [online]**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 368 – 384, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v7n2/a12v7n2.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.

LOPES, Cássio de Souza; MACEDO, Luiz Antônio de Matos; FERREIRA, Maria da Luz Alves. MOBILIDADE SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL. 4., 2014, Montes Claros, MG. **Anais eletrônicos [...]**. Montes Claros, MG, 2014. ISSN 1984-2996. Disponível em: [http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT05/09\\_GT\\_05.pdf](http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT05/09_GT_05.pdf). Acesso em: 8 jul. 2021.

MACIEL, Fabrício Barbosa. Fim das classes sociais? O debate contemporâneo na Europa e no Brasil. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 25, n. 41, p. 237 – 254, mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v25i41.3668>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MATTOS, Marcelo Badaro. **A CLASSE TRABALHADORA: de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELERO, Cássio et al. A LEI No 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, COMO POLÍTICA PÚBLICA QUE FAVORECE A BUSCA DA IGUALDADE MATERIAL. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, p. 130 – 142, Edição Especial, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20nespp130>. Acesso em: 20 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2019. **Inep/MEC**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 8 jul. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, MS: Editora Feevale, 2013.



RISTOFF, Dilvo. Os desafios da avaliação em contexto de expansão e inclusão. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 26, n. 1, p. 9 – 32, jan./abr. 2019. Disponível em: [www.upf.br/seer/index.php/rep](http://www.upf.br/seer/index.php/rep). Acesso em: 25 abr. 2021.

ROTA JÚNIOR, César. EDUCAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: um estudo sobre a legislação educacional brasileira. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 38, p. 149 – 166, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Cesar-Rota-Junior/publication/323452646\\_Educacao\\_e\\_Mobilidade\\_Social\\_Um\\_estudo\\_sobre\\_a\\_legislacao\\_educacional\\_brasileira/links/5a96a0df45851535bccd5edf/Educacao-e-Mobilidade-Social-Um-estudo-sobre-aleislacao-educacional-brasileira.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Cesar-Rota-Junior/publication/323452646_Educacao_e_Mobilidade_Social_Um_estudo_sobre_a_legislacao_educacional_brasileira/links/5a96a0df45851535bccd5edf/Educacao-e-Mobilidade-Social-Um-estudo-sobre-aleislacao-educacional-brasileira.pdf). Acesso em: 13 dez. 2020.

SILVA, Francisco Wilson Leite da. **A CLASSE-QUE-VIVE-DO-TRABALHO VAI AO CAMPUS, MAS ELA PERMANECE?** Evasão de estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão em Imperatriz. 2021. 134 f. Graduação-Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz-MA. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/5184>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SOUSA, Ana Paula Ribeiro; COIMBRA, Leonardo José Pinho. AS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES E O PROCESSO DE EXPANSÃO DAS IFES: implicações para a formação de professores. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 65, p. 141 – 159, out. 2015. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642702/10181>. Acesso em: 18 jul. 2018.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226 – 370, mai./ago. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000200003&script=sci\\_arttext&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782006000200003&script=sci_arttext&tIng=pt). Acesso em: 8 jul. 2021.